

JORNAL DE

Reencontros

- 1 HOMENAGEM A IVAN DOMINGUES
Jelson Oliveira 3
- 2 UMA ESCRITA MEMORIALÍSTICA
Marco Antonio de Almeida 9
- 3 O DRAMA DA TRAVESSIA ESCOLAR
Fernando Takeshi Tanouye 11
- 4 NOVELAS SOBRE A SOLIDÃO
Tiago Mendes de Oliveira 13
- 5 DEGRADAÇÃO DAS ESTRUTURAS POLÍTICAS
Ricardo José de Almeida 16
- 6 RELANÇAMENTO DE UM CLÁSSICO SOBRE ROUSSEAU
Thomaz Kawauche 19
- 7 O ESTADO COMO PESSOA MORAL COMPOSTA
Luiz Felipe Sahn 26
- 8 O IDEAL SOCIALISTA NÃO ESTÁ MORTO
Walter Paixão 31
- 9 O LEVIATÃ PÚBLICO E OS LEVIATÃS PRIVADOS
Silvio Gabriel Serrano Nunes 34



Ivan Domingues

NOTA DO EDITOR

A partir da edição de n. 119, o Jornal de Resenhas passou a ser editado somente na versão digital, por intermédio de uma parceria da Discurso Editorial com a República do Livro.

As resenhas publicadas são enviadas pelos autores, submetidas à análise e aceitas pelo Conselho Editorial.

O conteúdo das resenhas é de responsabilidade única dos seus autores.

As matérias publicadas aqui também se encontram em www.jornalderesenas.com.br.

CONSELHO EDITORIAL

André Vitor Singer (USP)

Ildeu de Castro Moreira (UFRR)

Fernando Antonio Pinheiro Filho (USP)

José Castilho Marques Neto (UNESP)

Laura de Mello e Souza (USP)

Luiz Fernando Franklin de Mattos (USP)

Milton Meira do Nascimento (USP)

Ricardo Musse (USP)

Samuel Titan Jr. (USP)

Sérgio Miceli (USP)

Wander Melo Miranda (UFMG)

Editor responsável:

Milton Meira do Nascimento

Contato: editorial@jornalderesenas.com.br

Direção de arte e diagramação

Marcelo Girard

Caligrafia do logotipo

Amilcar de Castro

Projeto gráfico original

Eliane Stephan

Desenvolvimento original

Fernando Caro



discurso editorial

Discurso Editorial

Av. Prof. Luciano Gualberto, 315

Cidade Universitária, Butantã

CEP 05508-010, São Paulo-SP

Telefone: (11) 3091-0079

e-mail: editorial@jornalderesenas.com.br



Bookseller_1919

ISSN 1984-6282 – Dezembro de 2021

Imagem da capa_ Jean-Jacques Rousseau by James Pradier, Jardin Botanique

JELSON OLIVEIRA

Homenagem a Ivan Domingues

Nota bibliográfica

MINAS E HORIZONTES DO PENSAMENTO: ESCRITOS EM HOMENAGEM A IVAN DOMINGUES

Carozzi, Anna et al. (orgs). Prefácio de Marcelo Fernandes de Aquino.
ED. UNISINOS, São Leopoldo, 2021.

O livro *Minas e horizontes do pensamento: escritos em homenagem a Ivan Domingues* foi lançado em live transmitida pelo canal *Memória Filosofia UFMG*¹ no dia 29 de outubro de 2021. Organizado por Anna Carozzi, Carlos Rattón, Helder Carvalho e Jelson Oliveira, o livro conta com 25 artigos escritos por pesquisadores e pesquisadoras nacionais e internacionais, precedidos por uma entrevista com o autor, realizada por outros 10 colegas. Além disso, o texto tem prefácio do prof. Marcelo Fernandes de Aquino, reitor da Unisinos e traz na capa uma imagem das bordadeiras de Pirapora - MG, como é conhecida a família Dumont. Trata-se de uma *Festschrift*, gênero literário criado no século XX para homenagear personalidades de destaque no meio acadêmico.

* * *

“Os nomes dos poetas populares deveriam estar na boca do povo” vaticina o Padre Antônio Vieira em um dos seus versos mais conhecidos, no qual lamenta o desconhecimento das grandiosas qualidades daqueles dos quais toda criança, desde cedo, deveria “saber de cada um o nome todo, se sentir satisfeito e orgulhoso” de tê-los como seus. Vieira celebra os poetas e denuncia aquele que muitos apontam como uma espécie de vício brasileiro: desconhecer, desvalorizar e até mesmo desdenhar de seus intelectuais, artistas, cientistas e outros nomes de destaque, evidenciando que o desdém iria avançar em outras direções e nos acompanhar até hoje. Tudo isso, um pouco por não levar fé em si mesmo, um pouco por rebaixar-se frente à cultura estrangeira, outro pouco por cultivar uma pretensa humildade de botequim, o certo é que se aprende, desde logo, que o Brasil é só um país de pés descalços. Nada mais. E com isso, perpetuamos nosso servilismo, nossas desigualdades e nossas desavenças. Se, como diz Vieira, já na escola, “o aluno deveria bater palma” para seus poetas, é verdade que nós também

¹ Disponível em: <https://youtu.be/aG4qLES7esU>

precisamos aprender mais sobre a arte de apreciar e aclamar aqueles que, entre nós, o merecem.

Tal obrigação se torna ainda mais evidente no mundo acadêmico, terreno muitas vezes esterilizado pela vaidade ou, ao seu inverso, pelo sentimento de nulidade e pelo conformismo. Não é raro desenvolvermos o péssimo hábito de não ler nossos pares, de não os citar, não os resenhar, desconhecer seus nomes e suas obras e dar-lhes de ombros. O vício, nesse caso, passa de hábito a perversão e, aos poucos, apagamos as memórias (o que quer dizer, os esforços e as contribuições) de nossos precursores ou as reduzimos a minúsculos círculos. Em nível mais geral, o resultado é que a Filosofia, como área, não por acaso, passa a sofrer de certa autodepreciação e menoscabamento, cujos resultados são um rebaixamento de nosso trabalho, uma subestimação do valor de nossos produtos e, no limite, das notas avaliativas de nossos programas. Tudo corre para o mesmo fosso, afinal, não somos tão bons quanto os gringos – esses sim, coroados diariamente com lauréis dourados.

A explicação do motivo há de tirar o sono dos antropólogos. Talvez seja o pessimismo sobre nós mesmos, sobre o nosso potencial, sobre o nosso futuro que, não raras vezes, contrasta com o otimismo positivista de nosso lema maior, *ordem e progresso*. Ou quem sabe esse sentimento da catástrofe iminente que restaria, como resíduo, da excepcional animação de nossa gente, conforme sugeriu, sobre nós, Clement Rosset no seu *A lógica do pior*², com um tom sarcástico: “sejamos felizes, tudo vai mal”. Talvez tudo não passe de uma disforia pós-coito, como sugeriram outros. Pouco importa. O certo é que há outra margem para ancorar. Há muitas resistências a esse ciclo vicioso. Exemplo disso são hoje, na nossa área, a ascensão de filosofias escritas em língua nativa sobre temas e problemas nacionais, como o pensamento indígena, negro, feminino, gay etc. E isso tudo – ressalte-se – sem virar as costas para o estrangeiro e para a tradição, cuja fonte é inesgotável, mas cujas ideias precisam aterrar. Esse encontro é, cada vez mais, necessário, fértil e vantajoso para todos.

A consideração desses pontos é sumamente oportuna para a aquilatação do livro-homenagem a Ivan Domingues que ora vem a lume pela Editora da Unisinos.

* * *

Desde que foi inventado, na Alemanha, no início do séc. XX, o costume da *Festschrift* tem sido compreendido como uma forma de romper com esses ocultamentos, bem como de vencer o nosso proverbial complexo de vira-latas, que vai junto com a predisposição de celebrar ou enaltecer tudo que vem do estrangeiro, paralelamente à de diminuir ou desdenhar tudo que é feito ou realizado em terras nacionais. Continuando com o gênero literário, também chamado de *Mélanges* em francês, o *livro de homenagens* ou de *celebrações*, traduz o melhor espírito de quem pretende reconhecer o trabalho e a contribuição de um mestre para determinada área de

² ROSSET, C. *Lógica do pior*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p. 7.

conhecimento, no passado, ao fazer 60 anos ou depois de ter-se aposentado, hoje não mais, com as pessoas vivendo mais e se aposentando mais tarde.

Ao fazê-lo, oferecendo ao mestre uma tal honraria sem qualquer significado prático ou funcional, não se recorre apenas a uma *laudatio*. Trata-se de bem mais: o homenageado oferece a chance para que os homenageantes, de diferentes gerações, possam reconhecer a si mesmos e, revendo o caminho trilhado por um dos seus pares, refletir sobre sua própria trajetória intelectual e estabelecer ascendências e descendências na linha do tempo, cujo outro nome é tradição. Com efeito, toda *Festschrift* é uma espécie de pergunta sobre o que nós todos fazemos com nossas próprias vidas intelectuais. Não que a homenagem ignore erros e equívocos próprios de qualquer vida (mesmo as mais louváveis que, sendo vidas humanas, são marcadas pela imperfeição). É que faz parte da homenagem, além do reconhecimento e da honraria, o esforço do homenageante de colocar-se em diálogo em pé de igualdade, olhar *tête-a-tête* e, como ocorre nesses momentos, reconhecer-se a si mesmo no outro. Toda homenagem, por isso, é um evento no qual o *eu* se confronta consigo no rosto do *outro*, traduzindo o que Levinas caracterizou como uma espécie de milagre. E isso só é possível porque o outro *apresenta-se*, quer dizer, constrói a sua vida colocando-se à prova, oferecendo-se ao escrutínio e ao inescrupuloso olhar dos outros. Não seria essa, afinal, a sina do intelectual: lançar suas ideias (*papers*, artigos, livros...) em rio apinhado de piranhas? O que quer dizer (malgrado a violência da metáfora), simplesmente, expor-se no teatro da vida, aquele mesmo que Ortega y Gasset descreveu como uma tarefa da qual se deve sair de forma minimamente decorosa. Sim, todo intelectual em seu engajamento nas coisas do intelecto é um *eu executivo* ou um sujeito prático, exibindo-se como *magister* ou pessoa pública diante de todos, oferecendo-se em radical insegurança, cheio de hesitações, entregando-se ao inimigo que é o mundo, em constante [pre] ocupação com ele, podendo errar e tudo terminar em um imenso fracasso.

Toda *Festschrift*, assim, é tanto uma desculpa ou escusa para as falhas ou os fracassos quanto um modo para dizer que esse esforço valeu a pena. E, ainda, uma maneira de dizer que o empenho e o denodo do homenageado, reconhecido pelos pares e que nele irão espelhar-se, é uma espécie de seta em estradas sem mapas. Uma vida que merece ser *homenageada* é uma vida que merece ser *vivida* e, mais ainda, uma vida que merece ser *seguida*, de alguma forma. Não por acaso, todo livro desse tipo reúne colegas mais antigos, mas também os seus sucessores, cuja vocação e trajetória traduzem a inspiração que o homenageado ofereceu para sua própria forma de ler o mundo, seja concordando, seja retorquindo o mestre (nesse nível de vida, já se sabe que o dissenso é uma boa maneira de retribuir ao mestre).

Quando escreveu os textos que vieram a formar a sua obra *Homens em tempos sombrios*, Hannah Arendt teve essa atitude em relação às personalidades que lhe ocupavam o coração, não lhes poupando louvores mas também censuras. Foi Arendt, aliás, quem levou isso a máximo de potência, articulando as vidas de seus homenageados com o tempo histórico que os afetou.

Ela sabia que nenhuma vida tinha sido vivida longe das circunstâncias políticas e morais de seu tempo. E aqueles, como os nossos, são tempos sombrios. Mas é ali, no meio da escuridão, que aquelas pessoas se desenterraram como luzes, como quem se puxa a si mesmo pelos cabelos. Como reza o conhecido verso, a contribuição da luz talvez não seja iluminar o escuro, mas revelar o seu tamanho.

Foi também Arendt que escreveu, a propósito de Lessing, que “as homenagens nos dão uma convincente lição de modéstia”, acrescentando que todo tipo de *laudatio* não é outra coisa que uma espécie de gratidão em relação ao mundo, ou seja, às circunstâncias que tornaram possível o aparecimento daquela luz. O gênio, afinal, como também insistiu Nietzsche em *Humano, demasiado humano*, é produto de seu tempo e, sobretudo, do trabalho que ele realizou com a matéria de seu tempo.

Ora, é um pouco dessas coisas que iremos encontrar nesse livro-homenagem a nosso distinto colega: antes de tudo um reconhecimento ao mestre, pelo seu legado e papel nos meios filosóficos nacionais, com interlocuções em diferentes gerações, como se notará. Não se trata, contudo, de uma *laudatio* pura e simples, menos ainda uma hagiografia, havendo nos escritos oferecidos em tributo luz própria e distanciamento crítico, o que proporciona toda sorte de aproximações, expansões e distanciamentos entre homenageantes e homenageado. É precisamente isso que torna essa *Festschrift* um livro de consulta (pesquisa) e fonte de aprendizagem (ensino), em um momento especial da história da intelectualidade brasileira, cujo escrutínio foi especialmente caro a Ivan Domingues, como mostra o seu livro sobre *Filosofia no Brasil- Legados e perspectivas*.

* * *

Organizada a oito mãos, com participação de 25 autores e outros 10 convidados, esta é uma obra coletiva que celebra um compromisso com o nosso país e o mundo. Entre os autores estão Álvaro Valls (Unisinos), André Bertin (Université Catholique de Louvain, Bélgica), Andrew Feenberg (Simon Fraser University, Canadá), Antônio Carlos dos Santos (UFS/CNPq), Antonio Valverde (PUC-SP), Carlos Roberto Drawin (UFMG/FAJE), Clélio Campolina (UFMG, ex-Reitor e ex-Ministro de Ciência e Tecnologia), Diego Lawler (CONICET, Argentina), Evaldo Sampaio da Silva (UFC), Guido Antônio de Almeida (UFRJ), Helder Buenos Aires de Carvalho (UFPI), Hugh Lacey (Swarthmore College, EUA; Associação Filosófica *Scientiae Studia*), Jelson Oliveira (PUCPR), José R. Maia Neto (UFMG/CNPq), Lilian S. Godoy Fonseca (UFVJM), Lúcio Marques (UFTM), Luiz Rohden (Unisinos), Marcelo Perine (PUC-SP), Marie Gaille (Université Paris Diderot, França), Miriam Campolina Diniz Peixoto (UFMG), Nathalie Frogneux (Université Louvain-la-Neuve, Bélgica), Oswaldo Giacoia Junior (Unicamp/PUCPR), Paulo Margutti (UFMG/FAJE), Rodrigo Duarte (UFMG) e Wendell E. S. Lopes (UFMT). Além disso, abre o livro uma entrevista com Ivan Domingues, realizada por outros interlocutores, entre os quais estão Alice Serra (UFMG), Brunello Stancioli (UFMG), Francisco César de Sá Barreto (UFMG, ex-Reitor), Jairo Dias Carvalho

(UFU), José Crisóstomo (UFBA), Mario Neto Borges (FUNREI, ex-Reitor e ex-presidente do CNPq e da FAPEMIG), Paulo Arantes (USP), Roger Crisp (Oxford), Sérgio Pena (UFMG), Simeão Sass (UNIFESP) e Yuriy Castelfranchi (UFMG). As perguntas e respostas, além de instigantes e, em alguns pontos, até mesmo reveladoras, ajudam o leitor a entender a trajetória intelectual do homenageado, mas também esclarecem muitas posições sobre temas cujo interesse filosófico é de interesse evidente para estudantes, professores/as e pesquisadores/as brasileiros/as nesse século que é o nosso. Como estratégia editorial inédita, a entrevista alcança pleno êxito como prolegômenos ao corpo geral da obra, permitindo a antevisão de seus grandes eixos.

Lançado em *live* no dia 29 de outubro de 2021, com a participação de amigos/as, familiares, estudantes, orientandos/as e colegas de trabalho, o livro, conforme foi lembrado, conta com prefácio do professor Marcelo Aquino, Reitor da Unisinos, cuja casa editorial assumiu-lhe a publicação. Além disso, o livro se organiza em torno de seis eixos temáticos, simbolizadas pelos temas que sustentam a vida intelectual do próprio homenageado: o problema do conhecimento, a questão da tecnologia, as exigências éticas, a história da filosofia, a filosofia no Brasil e a vida intelectual. Intercalados e articulados entre si de maneira complementar, esses eixos temáticos ilustram uma vida intelectual fecunda, como o leitor de pronto notará, com a ajuda dos depoimentos e das análises dos colegas e amigos que convivem com ele ao longo das décadas.

Com efeito, cada um dos textos reunidos na *Festschrift* – fato que os editores logo constatarem à medida que os iam recebendo – comprova que Ivan Domingues, como intelectual e colega, está entre aqueles que mantiveram um vínculo honroso com o mundo, tanto pelos dons pessoais que lhe são facilmente imputados e reconhecidos, quanto pelas circunstâncias que lhe coube viver e que incluem, obviamente, os nomes que agora lhe rendem tributo – além de tantos outros. Esse livro reflete essa harmonia tensionada entre um homem (um intelectual) e o seu mundo (as circunstâncias sobre nas quais se abasteceu o seu pensamento). No caso do Ivan, esse pensamento o tornou universal, sendo também nacional. Desde suas primeiras pesquisas, realizadas em terras além-mar, ele parece nunca ter perdido esse vínculo terrenal ou, antes, local, devido às suas raízes neste canto do globo. Escreveu sem sotaque, mas com vocabulário próprio, falando do Brasil com amor pátrio – não esse, que está em voga agora, cego, intolerante e impudico, mas aquele de Mário de Andrade que é “acaso de migrações”, em meio a um “sentimento pachorrento” que ele irá constatar em suas viagens por diferentes pontos do país e como tema permanente em suas pesquisas de etnografia e em suas obras de ficção, como contista, rapsodo e poeta, culminando no seu genial *Macunaíma*, em que vemos o espelho de nossa identidade fraturada, com o moderno preso ao arcaico, inclusive São Paulo.-

Descobrimo o país como um lugar para ser feliz, como terra de imigrantes e de acolhimento, mas que se viu ao longo dos séculos estorvado pelas heranças do escravismo colonial, com a casa-grande & a senzala e suas iniquidades no centro da vida nacional até hoje, Ivan tornou esse ideal prosaico – o ideal do bem-viver e a busca da justiça – um motivo

de pensamento e um desafio maior como intelectual. É o que celebra o título do livro em sua homenagem, ao festejar seus 70 anos: debruçado nessas *minas* como quem bebe à fonte e mirando o horizonte como quem toca o porvir, Ivan filosofou e, ao mesmo tempo, mostrou como se filosofa. Em sua obra, ele refletiu sobre o que é fazer filosofia e, ao mesmo tempo, já o fez. Esse “já o fez”, contudo, deveria ser entendido como uma espécie de projeto: com vários livros publicados, atuando na UFMG ao longo das décadas e com grande inserção nacional e ainda internacional, o homenageado soube, como poucos, olhar para a história do pensamento (leia-se, história da filosofia; e a filosofia no Brasil) e daí, como quem vê o antigo filósofo à beira do fogo (ou da fonte), entender quais seriam, agora e depois, os problemas cruciais da filosofia. Pensador de horizontes largos, como o antigo intelectual humanista de velha e boa cepa, sua obra abarca vários campos disciplinares da filosofia, algo que é possível reconhecer nas perguntas que orientam e resumem seu pensamento: o que é *pensar* [ontologia], o que é *conhecer* [epistemologia], o que é *fazer* [técnica, tecnologia] e o que é *viver* [ética]. Com esses temas, o pensamento abre-se ao horizonte próprio da filosofia que ele desenvolve a partir do lugar onde pisa (Belo Horizonte), conectando-se com o que está lá fora (a internacionalidade, a transdisciplinaridade, os temas de fronteira). Como quem volta às próprias minas para beber antigas águas, o livro reúne amigos e discípulos que relembram fatos, discutem argumentos, reabastecem as energias e seguem adiante. É assim que ele serve para a viagem: como quem olha o horizonte aberto, as estradas que se desdobram em muitas possibilidades e riscos, o livro tem suas orientações, delineadas a partir da vida e obra do homenageado. Seus seis eixos antes referidos (conhecimento, tecnologia, ética, história da filosofia, filosofia no Brasil e vida intelectual) expressam essa intenção de chegar às raízes do local e, no mesmo passo, descortinar os horizontes das Minas da região metalúrgica das Montanhas, bem como os Geraes da região do Cerrado ou, antes, dos Sertões de Guimarães Rosa, de sorte que a partir do regional e do local possa se chegar ao universal ou ao global. Quem sabe que tem porto, navega para mais longe. Quem sabe que tem minas, singra por horizontes mais largos.

O título do livro, por isso, é uma fórmula para evitar que a homenagem seja apenas uma espécie de volta no tempo. O livro não é, de jeito nenhum, um regresso, nem um retrocesso. Sua constatação é de alguém que, ao pensar, tem a sensação constante de começar tudo de novo. O nome disso é *filosofia* – um amor penetrante e nunca satisfeito do qual Ivan Domingues, com sua vida, nos dá chance de conhecer e o livro, como monumento desse amor, nos deixa experimentar. E se o amor do pensar destrói, como escreveu Arendt, a “força da solidão” com o fundamento imprevisto da sociabilidade, esse amor não pode ser descrito a não ser como uma tentativa de fazer morada ali, perto de fontes caudalosas e extensos horizontes. É aí que sua vela há de clarear o tamanho da escuridão que nos rodeia – e convoca – a todos.

Jelson Oliveira é Professor e coordenador do programa de pós-graduação em filosofia da PUC-PR

MARCO ANTONIO DE ALMEIDA

Uma escrita memorialística

Viagens e recordações de uma bibliotecária singular

DISTENSOS VERÕES: MEMÓRIAS

Miriam Vieira da Cunha
INSULAR, 2020, 242 p.

D*istensos verões: memórias*, de Miriam Vieira da Cunha, é um conjunto de textos evocativos – narrativas, descrições, devaneios – que compõem um mural significativo do que a autora confidenciou serem suas “estrepulias pelo mundo”. Livro de leitura fluente e agradável, mas que para além de sua superfície nos proporciona material para refletir acerca de questões humanas, demasiado humanas.

Em primeiro lugar, não se trata de uma autobiografia, pelo menos no sentido convencional do termo. Geralmente uma autobiografia busca, por meio da organização cronológica de eventos da vida de uma pessoa, construir uma “trajetória”, um percurso quase sempre linear e ancorado num “sentido” objetivo. Uma pretensão que muitas vezes resvala para a autoidealização, quando não para a autopromoção (até o Justin Bieber tem autobiografia!). Quase sempre as autobiografias carregam uma certa dose de cabotinismo, de presunção.

Já a escrita memorialística, embora não flerte necessariamente com o compromisso da objetividade, com o “sentido” das coisas, pode ser uma excelente oportunidade de debruçar-se sobre si mesmo, de recuperar trajetórias e incidentes, de avaliar escolhas (e talvez desculpá-las), de rever – ainda que mentalmente – algumas das pessoas que foram determinantes em aspectos de nossa vida. Como observou Walter Benjamin, “a memória não é um instrumento para a exploração do passado; é, antes, o meio. É o meio onde se deu a vivência, assim como o solo é o meio no qual as antigas cidades estão soterradas.” Em sintonia com essa perspectiva, *Distensos verões* nos convida a passear pelas vivências da autora, a escavar com ela o solo de suas reminiscências. Nessa arqueologia recuperamos sons, cheiros, pessoas, captadas em quadros que se sucedem na forma de capítulos do livro, recompensas que a escavação de Miriam nos proporciona, aquilo que Benjamin descreve como “as imagens que, desprendidas de todas as conexões mais primitivas, ficam como preciosidades nos sóbrios aposentos de nosso entendimento tardio, igual a torsos na galeria do colecionador.”

O livro alterna passagens evocativas, que descrevem ou enumeram pensamentos, músicas, cheiros ou paisagens, evocando climas e ambientes, com passagens mais propriamente narrativas, que encadeiam ações mais localizadas ou um conjunto de acontecimentos com ligação entre si. Um bom exemplo do primeiro tipo de passagem encontra-se no capítulo “Sampa, um dia qualquer, anos 80”, onde ela se pergunta “Onde o equilíbrio? As coisas mais bonitas estão nos limites? As que não chegam a lugar nenhum, mas se sustentam entre dois mundos, como nós?” Já os capítulos com características mais narrativas nos brindam com histórias vividas, singulares ou banais, com aquele ar de “causo” que os bons contadores sabem emprestar ao seu texto: de driblar o bilheteiro do trem em Estocolmo; de dormir na praia, em Salvador; de tentar entrar de penetra numa festa de indianos em Moçambique – tudo ganha certo ar de aventura.

Por outro lado, essa memória pessoal só tem sentido no contexto de uma memória social mais ampla. Nesse sentido, o livro possui marcas de uma determinada geração, a de Miriam e de muitos amigos, que vivenciaram o ambiente opressivo da ditadura no Brasil, independentemente ou não de militância política, e que fizeram da viagem, da exploração de outras terras, uma oportunidade de respirar mais livremente e viver mais plenamente. Mas esse clima de época não era exclusivamente restritivo – havia toda uma produção artística e cultural que envolvia as pessoas e os ambientes retratados por Miriam, que possuía um elemento de vibração própria, ampliada pelas trocas afetivas e intelectuais entre os amigos.

Estas trocas afetivas e intelectuais são também a chave para leitores de outras gerações construírem suas “afinidades eletivas” com a autora. Em muitas passagens, me senti saboreando os mesmos pratos que a autora descreve, ou participando das conversas *nonsense* que brotam nas conversas com amigos – quem nunca? Mas pessoalmente o que mais me marcou em termos de construção de uma empatia existencial foi a música – elemento sempre presente nas memórias evocadas. Nesse sentido, Miriam é uma apreciadora de amplo espectro e muito bom gosto (vai aí uma certa presunção de quem se identificou com o repertório): Gismonti, Piazzola, Pink Floyd, Milton Nascimento, Marley, Caetano, Chet Baker, Djavan, Keith Jarrett, Dylan, Melodia ... a lista é grande, e garante ao livro uma “trilha sonora” de primeira linha.

Finalmente, vale lembrar que um livro de memórias também é um gesto de generosidade: a autora compartilha conosco seus tesouros pessoais, franqueando-nos o acesso as suas reminiscências. Saímos da leitura de *Distensos verões* com a nostalgia do que não vimos nem vivemos pessoalmente, mas como se as paisagens e os amigos de Miriam também fossem nossos.

MARCO ANTONIO DE ALMEIDA é professor do departamento de educação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto

FERNANDO TAKESHI TANOUYE

O drama da travessia escolar

Estudantes do ensino médio nos últimos meses de formação

DOCUMENTÁRIO: ATRAVESSA A VIDA

Direção: João Jardim (2020)

FILME DE 1H23

A *travessa a vida* é o mais novo documentário (2020) do cineasta e jornalista João Jardim. A produção retoma a temática das angústias da vida escolar, já abordada no aclamado *Pro dia Nascer Feliz* (2005), do mesmo diretor, mas agora focada no cotidiano de alunos do último ano do ensino médio de uma escola pública sergipana, o Colégio Milton Dortas, localizado na cidade de Simão Dias. As filmagens captaram os três meses finais dos estudantes nessa instituição, ou seja, o período de travessia deles para a chamada “vida adulta”. O fio condutor da narrativa, e também o drama de fundo da obra, é a aproximação dos exames do ENEM e as experiências traumáticas que mais este rito de passagem desencadeia, em meio a uma série de outros dramas individuais e coletivos.

O título do filme, como o próprio diretor relata em uma live/debate¹, foi inspirado na frase de um estudante que, após ouvir sobre a proposta do filme, diz que os meses finais na escola são justamente esse “momento em que a gente atravessa a vida”. De fato, é um período extremamente intenso do ponto de vista da formação psíquica dos sujeitos, os quais estão atravessando a fronteira para uma nova etapa da vida, à procura de um lugar no mundo do trabalho ou no ensino superior. Para boa parte daqueles estudantes, o ENEM é a grande ponte que os conecta com uma expectativa de futuro, e o documentário retrata bem o sentimento de esperança, mas também de sofrimento, aí envolvidos.

Em uma das primeiras cenas do filme, um professor de filosofia aborda o conceito de tempo em Agostinho. Para o filósofo, explica o professor, o passado é memória, o presente é uma dádiva e o futuro é só esperança, ao que uma aluna então argumenta: “Se a esperança morre não existe mais futuro”. Esse é o mote que dá o tom do documentário, ou seja, o da tensão de forças que animam e desalentam esses estudantes de final de curso. Se, por um lado, a travessia deles é nutrida por grandes expectativas em relação ao futuro e pelos prazeres das

¹ <https://www.youtube.com/watch?v=r19QA3ojXw8>

descobertas da idade, por outro, há muitos percalços que podem minar essa esperança ou vontade de potência.

Dentre as angústias que ali estão retratadas destacamos: os sentimentos de inferioridade e atraso com relação aos alunos de escolas privadas, os sentimentos de cobrança, pressão, nervosismo e ansiedade com a chegada do exame, a falta ou o atraso de professores, incertezas quanto ao futuro e à continuidade das amizades, os problemas familiares, casos de agressão doméstica e de automutilação, dentre outros. Uma das cenas mais marcantes do documentário é, sem dúvidas, uma roda de conversa onde uma professora dialoga com seus estudantes sobre o tema do suicídio. Os depoimentos dos alunos, que a equipe registra com bastante sensibilidade, são sempre carregados de muita emoção, revelando parte das alegrias e tristezas que compõem suas experiências pessoais.

Importante destacar que a carga emocional das vivências ali retratadas não recai unicamente nos alunos, mas também nos professores, na diretora e nos outros funcionários da escola. Todos são de alguma forma afetados naquele turbilhão de sentimentos e acontecimentos. Destaque especial para a diretora do Milton DORTAS, Daniela Silva, uma mulher que, para além da sua ocupação principal, assume diversas funções naquele espaço escolar: porteira, fiscal de obras, costureira de fantasias, inspetora, braço amigo, cuidadora, conselheira etc.

O período da filmagem, por acaso, também coincidiu com o de uma reforma na infraestrutura do colégio. Em meio às cenas da comunidade escolar vemos o tempo todo trabalhadores de obra construindo e reformando o espaço do colégio. Esse “pano de fundo” não apenas retrata a escola pública como um espaço ainda em vias de constituição, de travessia para o futuro, com necessidades básicas ainda por serem supridas, mas também reforça a metáfora da escola como um lugar de constituição dos próprios indivíduos. Uma tomada foca os trabalhadores logo após a cena do “aulão” pré-ENEM, na qual um professor de sociologia discute a teoria de Marx e a exploração da mão-de-obra proletária, fazendo uma bela conexão entre os ensinamentos e a vida concreta.

Por fim, ressaltamos a energia da trilha sonora composta por Dado Villa-Lobos (ex Legião Urbana), quem trouxe a atmosfera jovial das guitarras e dos baixos para as cenas. Além desses sons, a trilha também conta com uma faixa do Legião Urbana (Pais e Filhos), músicas nordestinas (Fagner) e da banda do desfile da cidade. O final do filme é agitado por Xique-Xique, de Tom Zé e José Miguel Wisnik, dando o tom de luta e resistência dos personagens para seguir em frente apesar de todas as dificuldades.

Em suma, João Jardim e sua equipe conseguiram mais uma vez realizar uma produção belíssima, emocionante e essencial para pensarmos o universo escolar, com seus desafios, vicissitudes e esperanças de transformação.

FERNANDO TAKESHI TANOUYE é doutorando do Instituto de Física da USP

TIAGO MENDES DE OLIVEIRA

Novelas sobre a solidão

Xavier de Maistre e o Isolamento Social

VIAGEM EM VOLTA DO MEU QUARTO & EXPEDIÇÃO NOTURNA EM VOLTA DO MEU QUARTO

Xavier de Maistre, organização e tradução de Sandra M. Stroparo
HEDRA, 2009

A Literatura apresenta diversas obras sobre a solidão e o isolamento e suas consequências sobre as personagens. Merecem destaque, pela sua inventividade, as novelas – por vezes, rotuladas como romances – *Viagem em volta do meu quarto* (1794/5) e *Expedição noturna em volta do meu quarto* (1825), escritas por Xavier de Maistre (1763-1852), autor francês, da virada do século XVIII para o XIX, que morou na Itália e viveu e faleceu na Rússia, conhecido especialmente por esses dois textos.

O escritor foi devedor da obra de Laurence Sterne, e ambos influenciaram diversas autoras e autores, inclusive Almeida Garret e Machado de Assis, de forma declarada, em seus romances *Viagens na Minha Terra* e *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. O primeiro traz uma epígrafe do autor francês, além de outras referências, e o segundo afirma “[...] trata-se, na verdade, de uma obra difusa, na qual eu, Brás Cubas, se adotei a forma livre de um Sterne, ou de um Xavier de Maistre, não sei se lhe meti algumas rabugens de pessimismo” (ASSIS, 2014, p. 27).

Todos esses escritores se destacam pela ironia, pelos capítulos curtos, pela metalinguagem e pelas divagações: contribuições literárias bastante originais que ficaram para a história, muito mais que as posições políticas de Maistre – aliás, questionáveis –, e de seu trabalho como militar ou como pintor. Para maiores informações sobre a questão *shandiana*, recomenda-se a leitura de “Riso e Melancolia”, de Sérgio Paulo Rouanet (2007), bem como dos paratextos inclusos nas diversas edições citadas abaixo.

Maistre ficou preso em seu quarto durante quarenta e



Xavier de Maistre

dois dias, por se envolver em um duelo, e, a partir desta experiência, propõe um livro de viagens diferente daqueles que faziam tanto sucesso em seu tempo, pois apresenta, de forma humorada e irônica, uma viagem no próprio quarto, portanto, antiépica; segundo o autor, adequada às pessoas pobres, medrosas, doentes e avaras. No segundo texto, que se passa em uma única noite, seu olhar se volta, também, para a natureza e para uma vizinha, cujas belezas, vistas pela janela, encantam o narrador, aproximando-se, portanto, do estilo romântico nascente.

Fica patente em ambos os textos a crítica parodística das narrativas de viagens, reais ou não, que estavam em voga em seu tempo. O autor procura mostrar que o ser humano possui uma instância animal e uma alma intelectual, claras influências dos pensamentos platônico e cristão, e que é possível deixar a alma voar independente de um deslocamento físico. Transparece no texto, ademais, a postura política do autor, nobre e militar que se coloca contra a Revolução Francesa e se refugia na Rússia, inclusive atuando no exército desse país euroasiático. Tais questões transparecem, por exemplo, na forma que trata os empregados e na sua visão de mundo.

Ambas as obras, separadas por três décadas, trazem algumas diferenças, que vão do fato de a primeira durar quarenta e dois dias e a segunda, somente uma noite a questões mais profundas. Na *Expedição Noturna*, um sujeito mais maduro parece menos interessado na concepção filosófica que vê um ser humano entre a besta e a alma e mais interessado no conflito entre a emoção e a razão. O quanto a mudança denota o espírito da época, com o crescimento do Romantismo, e o quanto mostra um amadurecimento do autor, ficará a cargo de quem possa se debruçar sobre a celeuma. De qualquer forma, os dois textos demonstram um típico ser humano em uma era burguesa, na qual a coletividade cede lugar ao indivíduo e à sua existência interior. É mister lembrar, por óbvio que seja, que, diferentemente dos tempos atuais, na época de Xavier de Maistre, não havia recursos eletrônicos que aproximassem e desaproximassem as pessoas...

Nesta perspectiva, o isolamento social decorrente da pandemia de COVID-19 (novo coronavírus) reacendeu o interesse pelas novelas, especialmente, a primeira. Entretanto, não há muitas edições. No Brasil, ambas as obras estão disponíveis em edição conjunta da editora Hedra (2009) e na coletânea “Os Franceses”, da mesma casa editorial (2015). Em Portugal, pela Tinta da China (2015), há um volume também com os dois textos. Há ainda publicações das Editoras Estação Liberdade (2008) e 34 (2020), que trazem apenas o primeiro texto, e edições mais antigas em bibliotecas e sebos.

* * *

Mas, o que se pode aprender com estas duas obras, além da fruição literária ou mesmo das reflexões filosóficas apresentadas? Encontrar prazer na nossa própria convivência e no uso da imaginação, aliás, as obras em questão podem ser lidas como elogios à capacidade humana,

nas palavras do próprio autor: “as percepções do espírito, as sensações do coração, as próprias lembranças [...] são fontes inesgotáveis de prazeres e de felicidade”. Sem diminuir a gravidade do período histórico vivido, que possamos encontrar pequenos refúgios, momentos de respiro, como aqueles encontrados por Xavier de Maistre e, assim, sobrevivermos e mantermos a saúde física e mental.

PARA SABER MAIS

- ASSIS, Machado de. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Prefácio de Hélio Guimarães; estabelecimento de texto e notas de Marta de Senna e Marcelo Diego. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.
- GARRET, Almeida. *Viagens na Minha Terra*. Prefácio de Jane Tutikian. Porto Alegre: L&PM, 2012.
- MAISTRE, Xavier de. *Viagem à Roda do meu Quarto*. Tradução de Marques Rebelo. São Paulo: Estação Liberdade, 2008.
- MAISTRE, Xavier de. *Viagem à Volta do meu Quarto – Seguido de Expedição Nocturna à Volta do meu Quarto*. Tradução de Carlos Sousa Almeida e prefácio de Pedro Mexia. Lisboa: Tinta da China, 2015.
- MAISTRE, Xavier de. *Viagem ao Redor do meu Quarto*. Tradução de Veresa Moraes, projeto gráfico de Raul Loureiro e posfácio de Enrique Vila-Matas. São Paulo: Editora 34, 2020. (Coleção Fábula)
- MAISTRE, Xavier de. *Viagem em Volta do meu Quarto & Expedição Noturna em Volta do meu Quarto*. Tradução de Sandra M. Stroparo. In: DOLHNIKOFF, Luis (org.). *Os Franceses*. São Paulo: Hedra, 2015. p. 145-253.
- MAISTRE, Xavier de. *Viagem em Volta do meu Quarto*. Organização e tradução de Sandra M. Stroparo. São Paulo: Hedra, 2009.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *Riso e Melancolia: a forma shandiana em Sterne, Diderot, Xavier de Maistre, Almeida Garrett e Machado de Assis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

TIAGO MENDES DE OLIVEIRA é doutorando em Estudos de Linguagens pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1429155121636329>.

RICARDO JOSÉ DE ALMEIDA

Degradação das estruturas políticas

Escalada autoritária sobre os regimes democráticos

COMO AS DEMOCRACIAS MORREM

Steven Levitsky e Daniel Ziblatt

Tradução de Renato Aguiar

ZAHAR, 2018, 272 p.

Inquietos com a escalada dos governos autoritários sobre os regimes democráticos tradicionais, os professores de ciência política Steven Levitsky e Daniel Ziblatt nos propõem uma reflexão rica em fatos históricos e análises políticas organizadas ao longo de nove capítulos. Apresentam episódios políticos relevantes que envolvem nomes como Adolf Hitler, Alberto Fujimori, Hugo Chaves e Benito Mussolini, conhecidos outsiders inseridos no cenário político por estratégias inescrupulosas e artifícios antissistema (antiestablishment), que trabalharam para ruir as estruturas democráticas, disseminando ódio, atacando as instituições e incentivando a violência. Mas sua atenção especial é sobre a democracia norte-americana, com a ascensão de Donald Trump, demagogo extremista numa relação abusiva com o estado democrático de direito.

Os autores creem que a observação às regras políticas não escritas é a base para a manutenção e sobrevivência da democracia e preservação do espaço político. É responsabilidade dos partidos e meios políticos tradicionais não servir de apoio para a ascensão de outsiders, e essa é uma regra importante não escrita. Esses atores políticos devem trabalhar como uma espécie de filtro para impedir, ou colocar à prova postulantes à vida pública com tendência à tirania, antes de avalizá-los em disputas por cargos políticos. O livro lança luz ao estudo que Juan Linz professor em Yale propôs no livro *The Breakdown of Democratic Regimes* uma forma de identificar políticos antidemocráticos baseada em quatro principais indicadores do comportamento autoritário. Com base nesses indicadores, torna-se relativamente fácil identificar na matriz comportamental de Linz, os tiranos citados no livro, como figuras da atual realidade política brasileira, com ênfase para o líder do executivo.

Povos que preservam valores democráticos têm maior facilidade em manter saudável sua democracia, uma verdade também para os regimes autoritários, ou seja, povos abertos

ao apelo autoritário estão propensos à ascensão de um governo tirânico. Provocar a atenção popular foi e continua sendo um dos mecanismos mais utilizados por outsiders na escalada autoritária. Nos casos de Hitler, Mussolini, Fujimori, Chaves e Trump, apesar de se distanciarem em muitos pontos, fazem uso de meios parecidos para chegar ao poder. Em comum possuíam grande talento para atrair a atenção popular, costuraram alianças e foram promovidos com forças políticas tradicionais, que no momento da aliança aspiravam por retornar à posição mais favorável no interior do jogo político. Utilizaram-se também, por mais paradoxal que possa parecer, de eleições legítimas.

Alberto Fujimori, com o slogan “um presidente que gosta de você”, capitalizou o ódio popular e chegou à presidência, concorrendo com o Nobel de literatura Mario Varga Llorca. Sem habilidades para articulação política com opositores, recorreu aos decretos para governar, extrapolando com medidas contra as liberdades civis. Pouco tempo depois de eleito o ex-reitor já se tornava um tirano. Atacar opositores com termos rudes, grosseiros e caluniosos como inimigos, subversivos, terroristas e corruptos é uma marca forte dos outsiders na escalada autoritária. Donald Trump iniciou seu governo chamando a mídia de “inimiga do povo americano” e questionando a legitimidade do judiciário. Durante a campanha hostilizou Hillary Clinton repetindo que ela deveria ir para a cadeia.

Os autores extraíram dos estudos de Linz quatro sinais básicos de alerta para o reconhecimento de potenciais autoritários: a rejeição das regras democráticas do jogo (ou compromisso débil com elas); a negação da legitimidade dos oponentes políticos; a tolerância ou encorajamento da violência; e a propensão a restringir as liberdades civis de oponentes, inclusive da mídia. Os quatro sinais são comuns em todos os casos abordados e descritos com abundância de exemplos.

Os autores trazem também, investidas autoritárias de insucesso, situações onde as proteções democráticas obtiveram êxito sobre a ofensiva autoritária. Henry Ford, um dos homens mais ricos do mundo no século XX, protagonizou um desses episódios, onde as proteções democráticas desempenharam bem seu papel. Condecorado com a Ordem de Mérito da Águia Alemã pelo governo nazista em 1938, em sua escalada fez publicações duras contra banqueiros judeus e bolcheviques. Por esses meios quase chegou ao Senado em 1918 e começou entusiasmada disputa pela presidência americana no partido democrata em 1924, porém, mesmo com grande apelo popular, foi categoricamente rejeitado pelos líderes partidários e teve sua candidatura frustrada.

Para os professores de Harvard esta é uma referência das vezes em que a democracia americana funcionou. São duas as normas tomadas como regras não escritas, a tolerância mútua e a reserva institucional. “Tratar rivais como concorrentes legítimos e subutilizar prerrogativas institucionais próprias no espírito do jogo limpo são regras não escritas na Constituição dos Estados Unidos.” (p. 201) Implícita nas reflexões propostas pelo livro figura a sedutora tentação

em recorrer a caminhos antissistema para neutralizar outsiders. Os exemplos dessa reação apresentam resultados infrutíferos, contrários ao pretendido, o que fortaleceu a estratégia totalitária e enfraqueceu a democracia.

A obra provoca reflexões acerca dos movimentos políticos contemporâneos, não só em relação aos ataques diretos e agressivos às instituições republicanas, seu poder destrutivo nas sociedades democráticas, mas também como as respostas a tais ataques se constroem e como refletem no que pode culminar no fim das liberdades políticas consolidadas.

Questões pertinentes à atual realidade política brasileira se encontram em abundância na obra. Não menos comuns, os conflitos tratados pelos autores trazem estímulos à investigação cuidadosa de problemas de natureza filosófica, como o esgotamento mútuo de tolerância a posições políticas opostas.

“A polarização pode destruir as normas democráticas. Quando diferenças socioeconômicas, raciais e religiosas dão lugar a sectarismo extremo, situação em que as sociedades se dividem em campos políticos cujas visões de mundo são não apenas diferentes, mas mutuamente excludentes, tornando-se difícil sustentar a tolerância.” (p.115)

RICARDO JOSÉ DE ALMEIDA é pós-graduando no departamento de filosofia da USP

THOMAS KAWAUCHE

Relançamento de um clássico sobre Jean-Jacques Rousseau

Salinas Fortes, escritor

ROUSSEAU: DA TEORIA À PRÁTICA

Luiz Roberto Salinas Fortes

Revisão crítica: Thomaz Kawauche

DISCURSO EDITORIAL, 2021, 200 p.

A história das pesquisas sobre Rousseau no Brasil se confunde com a história da Universidade de São Paulo. Consta nos anuários da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências que, entre 1941 e 1943, Paul-Arbousse Bastide, um dos professores da “missão francesa”, ministrava aulas sobre o *Contrato social* no curso de Ciências Sociais (Quirino, 1994, p. 342). O assistente de Bastide era o célebre Lourival Gomes Machado que, entre outros méritos, possui o de ser lembrado como fundador da revista *Clima*. E eis que, em 1954, esse mesmo Lourival defende na USP a tese *Homem e sociedade na teoria política de J.-J. Rousseau* para a cátedra de Política. Nos arquivos da cultura brasileira, trata-se do primeiro documento oficial que, em matéria de pesquisa universitária, reconhece Rousseau como autor digno de pertencer ao cânone da *intelligentsia* autóctone. A importância desse trabalho inaugural se desdobrou ainda na publicação, em 1958, das *Obras de J.-J. Rousseau* pela Editora Globo: essa coletânea disponibilizava textos que Lourival havia traduzido junto com Lourdes Santos Machado e que, posteriormente, seriam reproduzidos na coleção “Os Pensadores”, da Abril.

De lá para cá, vieram à luz diversas traduções dos escritos de Rousseau. O volume mais recente é o da coletânea editada por Pedro Paulo Pimenta, *Rousseau: escritos sobre a política e as artes* (Ubu, 2020), que já foi objeto de comentário neste Jornal. Se então observarmos que a essas traduções se soma uma quantidade imensa de trabalhos acadêmicos (algo facilmente verificável em meu levantamento bibliográfico “Rousseau no Brasil”), teremos a justificativa para afirmar a existência de uma tradição de quase setenta anos de estudos rousseauianos em terras tropicais. Não é o caso de citarmos a longa lista de intérpretes, nem tampouco de justificarmos a USP como *alma mater* dos mais famosos deles. De minha parte, limito-me a chamar atenção para um fato curioso: a idade de ouro dessa tradição corresponde justamente

aos anos tenebrosos da Ditadura Militar (1964-1985); tudo se passa como se esses pesquisadores reagissem à repressão política inspirados pelo gênio revolucionário de Rousseau, pois é bem nesse período que vemos surgir, em língua portuguesa, algumas das mais brilhantes análises sobre a crítica social do autor genebrino. Entre os autores dessa influente geração – não por acaso, todos professores da USP –, encontra-se o araraquarense Luiz Roberto Salinas Fortes (1937-1987), ou simplesmente Salinas, como era conhecido.

O livro aqui comentado, *Rousseau: da teoria à prática*, nos remete à tese de doutorado defendida na USP por Salinas em 1974. Publicado dois anos mais tarde pela Editora Ática, o trabalho tornou-se referência maior na história da recepção dos escritos de Rousseau no Brasil. Basicamente, o prodígio se constata na abrangência do objeto: sem excluir os textos autobiográficos e os chamados escritos de ocasião, Salinas eleva o estatuto da obra do genebrino (e aqui, *obra* em sentido lato) ao nível de discurso filosófico. Mais precisamente, Salinas demonstra a possibilidade de sistematização da obra de Rousseau considerando a teoria como uma *escala de medida* para julgar a realidade histórica (Salinas fala em “escala de corrupção”), ideia esta que, anos mais tarde, seria desenvolvida por Milton Meira do Nascimento num importante ensaio. O próprio Salinas aprofundou-se no debate instaurado com Milton Meira, mas esse tópico é complexo e deixo-o para outra oportunidade. Se nos restringirmos ao problema da recepção, é suficiente notar que, em relação à tese de Lourival Gomes Machado, Salinas amplia bastante o campo de investigação no terreno das ideias de Rousseau, passando a abarcar, além do pensamento filosófico em questão, também a *experiência vivida* do filósofo, e isso, sem deixar de fazer análise propriamente filosófica – ou, no jargão da época, “análise estrutural” – da obra de Rousseau.

Salinas, porém, vai além da cartilha metodológica de seus anos de formação universitária. Sua reflexão se inscreve na linhagem dos grandes intérpretes que discutem o problema da unidade da obra de Rousseau. Combinando, de um lado, a análise fortemente embasada nos textos, e de outro, o olhar crítico voltado para a realidade do presente, *Rousseau: da teoria à prática* trata de investigar a relação entre o *dizer* e o *fazer* no mundo social com base na imagem rousseauniana do *escritor político*. E é exatamente esse escritor político, esquematicamente situado por Rousseau entre duas outras figuras clássicas da filosofia política – o legislador e o príncipe –, que oferece uma solução para o problema da incongruência entre teoria e prática. Tal originalidade coloca o intérprete brasileiro na mesma altura de nomes como Cassirer, Burgelin, Starobinski ou Launay. A tese propriamente dita pode ser assim resumida: na perspectiva do referido escritor político, circunscrito entre a instância sublime das leis que expressam a vontade geral e o plano concreto das paixões e dos interesses particulares dos homens “tais como são”, não há contradição entre o registro filosófico e o registro de obras de intervenção, uma vez que, consideradas a partir desse campo privilegiado de visão, as supostas incoerências dizem respeito ao objeto do discurso (ou seja, a sociedade enquanto ordem instituída), e não ao

discurso em si mesmo tal como formulado por Rousseau.

Em suma, o escritor político pode falar sobre as contradições das ações humanas sem, no entanto, incorrer em contradição no próprio discurso. Isso porque, entre o enunciado teórico das normas e seus efeitos no mundo da prática, Rousseau pode até aceitar de bom grado os paradoxos próprios da vida vivida (ele mesmo se denominava “homem de paradoxos”, cf. *Emílio*, II), mas jamais admite que, no registro do discurso filosófico (ou melhor, de *sua* filosofia, cf. *Rêveries*, III), possa haver incoerência da obra. O motivo é simples: Rousseau é um pensador da modernidade e, por isso, concebe a boa ordem moral como um *sistema de princípios invariáveis*, de tal modo que, assim como a vontade geral uma vez estabelecida não pode errar mesmo que as leis que a expressam no devir histórico sejam equivocadas por cegueira do povo, da mesma forma, mesmo que a experiência vivida seja repleta de contradições, o discurso que a enuncia do ponto de vista da moral não pode ser contraditório, pois ele é ordenado por princípios anteriores à própria experiência. E, na modernidade, falar em princípios equivale a pensar segundo um método. Ao arcebispo Christophe de Beaumont Rousseau coloca uma questão de método ao alegar: “Escrevi sobre diversos assuntos, porém, sempre segundo os mesmos princípios...”. Kant certamente concordaria com esse argumento!

Dito sem rodeios: tanto Rousseau quanto Salinas recorrem à ideia de método para resolverem, cada um em seu contexto, o problema da unidade do discurso filosófico no quadro da relação entre teoria e prática.

A agudeza analítica e o rigor formal da exposição baseada nessa hipótese de leitura certamente poderiam resultar num texto árido e de leitura difícil. Porém, a impressionante beleza da escrita, tão clara quanto persuasiva, nos leva à indagação: estaríamos diante de uma espécie de mimetismo? Ora, as perguntas seguintes são irresistíveis: haveria aí uma identificação entre vidas e obras? seria Salinas, nesse sentido, um *outro* de Rousseau? seria a obra do primeiro um prolongamento da obra do segundo? etc. Sinceramente, ousou acreditar que sim, porém, para fundamentar esse paralelismo plutarquiano, teríamos que extrapolar as laudas de uma resenha convencional. Assim, polêmicas à parte quanto ao eventual psicologismo implicado no problema da leitura dos textos rousseauianos, retorno às questões acadêmicas. E, em se tratando de uma tese acadêmica, a questão que se coloca necessariamente é: qual a estrutura geral da análise? A resposta diz respeito à técnica do comentário de texto. Podemos afirmar que, do ponto de vista do *método de leitura*, a tese de Salinas se estrutura de ponta a ponta como uma longa reflexão elaborada em torno da seguinte passagem encontrada na abertura do *Contato social*:

“Entro na matéria sem provar a importância de meu tema. Perguntar-me-ão se sou príncipe ou legislador para escrever sobre Política. Respondo que não, e que por isso mesmo escrevo sobre Política. Se fosse príncipe ou legislador, não perderia meu tempo dizendo o que é necessário fazer: eu o faria ou me calaria.” (Rousseau, 2020, p. 505).

Tentemos entender melhor a questão de método que a passagem coloca. Salinas vislumbra nesse trecho um esquema de coerência fundamental baseado na visão típica das ciências modernas entre a *norma* e o *fato* (os habermasianos talvez prefiram falar em *facticidade*); esquema este cuja repetição sistemática pode ser verificada em diversos níveis estruturais, tanto no âmbito da economia interna do sistema exposto no *Contrato* quanto na perspectiva empirista da crítica de Rousseau às sociedades históricas (a inspiração dessa “ciência da legislação” vem do *Espírito das leis*, de Montesquieu). Trata-se de um instrumento abstrato feito para descrever a realidade, semelhante ao modelo da atração universal de Newton, o qual pode ser aplicado para calcular a força da gravidade em diversos níveis da experiência, desde a queda de uma maçã até a órbita dos corpos celestes. Tal padrão científico se verifica facilmente: no *Contrato*, basta lembrar que, por premissa, a norma jurídica estabelecida pelo soberano depende necessariamente da administração da ordem passional por parte do governo em diversas instâncias, indo dos apetites individuais até a opinião pública; e no *Emílio*, vemos isso no resumo das *Instituições políticas*, quando o educador descreve o sistema legislativo como uma régua de medida (é precisamente aí que está o modelo da escala) para julgar os homens tais como são, a despeito de quão diversas possam ser as sociedades existentes. Salinas recorre a essa espécie de padrão lógico de inteligibilidade das coisas a fim de demonstrar, no quadro geral da obra de Rousseau, que o escritor não percebe contradição quando compara, de um lado, a dedução metódica dos princípios de direito político no *Contrato social* e, de outro lado, as observações de ordem eminentemente prática expostas nas *Considerações sobre o governo da Polônia*. Nesse sentido, afirma-se a *complementaridade* entre prática e teoria (cf. Salinas Fortes, 1976, p. 44). Separando o real e o ideal, o que há é uma *distância* que pode ser *medida* em relação aos princípios do direito político. A passagem citada abaixo resume a magistral formulação analítica aqui descrita:

“Se os *nossos Escritores* se perdem na tentativa de fixação da origem da ordem social é porque são incapazes de distinguir adequadamente a ordem dos fatos ou da utilidade e a ordem do direito ou da razão: o método mais constante de Grotius, por exemplo, é o de estabelecer o direito a partir do fato. Seu erro está em tomar o *parecer* pelo *ser* e ficar apenas na aparência, quando a via de acesso à essência passa necessariamente pelo direito ou só se atinge com a condição de ultrapassar o fato. Para medir com exatidão os fatos ou a história é necessário indagar pelo valor: é preciso saber aquilo que *deve ser, para bem julgar aquilo que é*. A pergunta pelo direito é a forma necessária de que se reveste a indagação relativa à essência da realidade social: para ir além da simples aparência é indispensável ultrapassar o fato e se colocar na perspectiva do direito.” (Salinas Fortes, 1976, p. 81).

Convém notar que, na passagem acima, Salinas opera duas tarefas simultâneas: comenta o método enunciado por Rousseau no início do *Contrato social* e, ao mesmo tempo, expõe ao leitor o fio condutor da interpretação. E o que mais impressiona o leitor é notar que esse

fio interpretativo rente à letra do texto não impede que Salinas, leitor de Rousseau, tenha opiniões próprias. Há uma perfeita harmonia entre o trabalho de interpretação e o trabalho de reconstituição da economia interna do texto. Aliás, causa-me forte impressão até hoje constatar que, do início ao fim, o comentário de Salinas é fundamentado no mais rigoroso trabalho de leitura estrutural no “tempo lógico” das obras de Rousseau. Para mim, esse livro é um ótimo exemplo de “responsabilidade filosófica”, nos termos das recomendações feitas por Victor Goldschmidt.

Antes de encerrar, atrevo-me a uma breve crítica. Nem tudo o que Salinas afirma nos convence de pronto. Todavia, o monolito da obra permanece intacto, pois a coerência de *Rousseau: da teoria à prática* é estrutural, e não depende de uma ou outra consideração solta. Para ficar num único caso, digo que, quando Salinas se refere ao legislador como “vanguarda política” (Salinas Fortes, 1976, p. 103), isso me faz torcer o nariz. Ora, sem entrar no mérito de se examinar o quão sublimes seriam as premissas leninistas de nosso professor (sem nenhuma ironia nessa minha crítica!), o fato é que sua leitura jamais poderia ser dissociada de um longo percurso de formação cujos caminhos passavam, entre outros lugares, pela leitura apaixonada da obra de Marx. Vale lembrar, como relata Marilena Chaui, que Salinas redigiu *Rousseau: da teoria à prática* após ter sido preso e torturado duas vezes, em 1970 e em 1974 (isso está no Prefácio de *Retrato calado*; quanto ao lugar do Rousseau de Salinas na conjuntura da transição política, ver Vargas, 2017). O aspecto passional dessa lembrança se torna ainda mais evidente quando lemos o *Memorial* apresentado por Salinas, em 1985, para o concurso de professor-adjunto da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Na citação abaixo, podemos ver claramente o cenário no qual se desenrolou a mudança do objeto do discurso da tese; cenário este que, de certo modo, revela a permanência (e a coerência) da inspiração marxista inicial, como se, fiel à experiência vivida, o autor da obra não pudesse mudar sua existência apesar da mudança do objeto do discurso. Cito a página 20 do dactiloscrito:

“Dividido entre a Filosofia, a política e o jornalismo, fui aos poucos orientando minhas atenções no sentido da Filosofia Política, sem descurar, evidentemente das outras áreas da Filosofia. A reflexão filosófica sobre a política reunia as minhas diferentes preocupações e ao término do curso de Filosofia, em 1964, eu já começava a esboçar o projeto de trabalhar mais profundamente o pensamento de Karl Marx. Só não fiz uma tese sobre Marx porque o meu contacto mais íntimo com Rousseau, cujas ‘Confissões’ devorei extasiado durante um período em que estava em repouso absoluto por causa de uma hepatite, representou uma verdadeira revolução. Comecei a partir daí a acalentar o projeto de aprofundar o pensamento deste escritor, que tanto me seduzira.”

Por fim, haveria algo a ser dito sobre a semelhança entre a tese de Salinas e a de Bento Prado Júnior em *A retórica de Rousseau*. Bento relata que desistiu de escrever em seu livro a parte sobre o discurso político após conhecer a tese de Salinas. Esse fato, parece-me, só pode

ser compreendido à luz do arco intelectual que Salinas desenha ao longo da série de suas obras, culminando na tese de livre-docência *Paradoxo do espetáculo* defendida em 1983. Os passos mais importantes dessa trajetória encontram-se indicados na bibliografia. Ademais, num artigo meu (Kawauche, 2018), apresento os argumentos com base nos quais justifico que tanto Bento Prado quanto Salinas tratam do discurso de Rousseau à luz do uso retórico da linguagem. Por aqui, noto apenas que, logo no início da Introdução de *Rousseau: da teoria à prática*, Salinas se refere ao “uso multiforme” da escrita do “homem de paradoxos” (Salinas Fortes, 1976, p. 28). Autorizo-me, então, a confessar enfim que esta resenha é, na verdade, uma homenagem a um dos intérpretes mais geniais que conheci em meus estudos de especialista na obra de Rousseau. Por esse motivo, deixo a palavra final nesta resenha a outro genial leitor de Rousseau, Bento, com quem Salinas compartilhava a certeza de que, sempre que ultrapassamos os limites da linguagem, a experiência vivida tem muito a nos dizer:

“Leitor de Rousseau, Luiz Roberto Salinas Fortes foi capaz de ser, ao mesmo tempo, *bom e virtuoso*, vencendo as tensões que opõem esses termos, tal como foram definidos pelo Cidadão de Genebra. Linguagem e definição certamente extemporâneas, mas que devemos utilizar, acolhendo seu exemplo, tanto mais necessário quanto rememorador da velha aliança entre a filosofia e a ética (ou a esperança), nem sempre lembrada nos dias de hoje.” (Prado Jr., 1988, p. 8).

Referências bibliográficas

- FORTES, Luiz Roberto Salinas. *Paradoxo do espetáculo: política e poética em Rousseau*. São Paulo: Discurso Editorial, 1997.
- _____. *Rousseau: o bom selvagem*. São Paulo: FTD, 1989.
- _____. *Retrato calado*. São Paulo: Marco Zero, 1988.
- _____; NASCIMENTO, Milton Meira (Org.). *A Constituinte em debate*. São Paulo: Sofia, 1987.
- _____. Apresentação e notas à tradução de ROUSSEAU, J.-J. *Considerações sobre o governo da Polônia*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. *O Iluminismo e os reis filósofos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. “Dos jogos de teatro no pensamento pedagógico e político de Rousseau”. *Discurso* (USP), n. 10, 1979.
- _____. “O poder desmistificado”. *Almanaque – Cadernos de Literatura e Ensaio*, n. 9, 1979.
- _____. “O engano do povo inglês”. *Discurso* (USP), n. 8, 1978.
- _____. *Rousseau: da teoria à prática*. São Paulo: Ática, 1976.
- GOLDSCHMIDT, Victor. “Tempo histórico e tempo lógico na interpretação dos sistemas filosóficos”. In: _____. *A religião de Platão*. São Paulo: Difel, 1963.
- KAWAUCHE, Thomaz. “Bento Prado leitor de Rousseau”. *Sísifo* (UEFS), v. 7, 2018.

- MACHADO, Lourival Gomes. *Homem e sociedade na teoria política de Jean-Jacques Rousseau*. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1956.
- NASCIMENTO, Milton Meira do. “O contrato social: entre a escala e o programa”. *Discurso* (USP), n. 17, 1988. [In: _____. *A farsa da representação*. São Paulo: Discurso Editorial, 2016.]
- PIMENTA, Pedro Paulo (Ed.). *Rousseau: escritos sobre a política e as artes*. São Paulo: Ubu, 2020.
- PRADO JR., Bento. *A retórica de Rousseau e outros ensaios*. Organização e apresentação de Franklin de Mattos. São Paulo: Cosac Naify, 2008.
- _____. “Luiz Roberto Salinas Fortes (1937-1987)”. *Discurso* (USP), n. 17, 1988.
- QUIRINO, Célia. “Departamento de Ciência Política”. *Estudos Avançados* (USP), v. 8, n. 22, 1994.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Obras*. Tradução de Lourdes Santos Machado. Revisão de Lourival Gomes Machado. Porto Alegre: Globo, 1958. 2 v.
- UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1939-1949). São Paulo, 1953. 2 v.
- VARGAS, Thiago. “Do engano do povo inglês ao fetichismo da representação: Luiz Roberto Salinas Fortes, escritor político”. *Cadernos de Ética e Filosofia Política* (USP), v. 2, n. 31, 2017.

THOMAS KAWAUCHE é doutor em filosofia pela USP

LUIZ FELIPE NETTO DE ANDRADE E SILVA SAHD

O Estado como pessoa moral composta

**THE MORAL PERSON OF THE STATE. PUFENDORF, S
OVEREIGNTY AND COMPOSITE POLITIES**

Ben Holland

CAMBRIDGE UNIVERSITY PRESS, 2017, 261 p.

A noção de personalidade do Estado espreita logo abaixo da superfície da política moderna. Quando culpamos os Estados por erros históricos, os admoestamos a cumprir suas promessas ou falamos sobre suas identidades e interesses, pressupomos que eles são, em certo sentido, pessoas. As dívidas soberanas e as obrigações do tratado persistem por gerações porque não se vinculam a pessoas individuais, mas à pessoa jurídica do Estado. Embora a ideia de personalidade do Estado tenha saído de moda em meados do século XX, em grande parte por causa de suas associações com o fascismo e a metafísica idealista, ela tem sido objeto de interesse renovado nas últimas duas décadas. *The Moral Person of the State*, de Ben Holland, é um excelente estudo da ideia de personalidade do Estado e do papel de Samuel Pufendorf em desenvolvê-la.

Holland se propôs dois objetivos. Seu primeiro objetivo é reconstruir a teoria do Estado de Pufendorf e o contexto político e teológico em que ele a desenvolveu. Seu segundo objetivo é explicar como escritores subsequentes interpretaram e se apropriaram dessa teoria. Holland escreve como um historiador do pensamento político, e historiadores do pensamento são seu público principal, mas o livro também será de interesse para teóricos políticos, filósofos e estudiosos de Relações Internacionais.

A introdução situa Pufendorf na longa tradição do pensamento político ocidental de fazer analogias entre comunidades políticas e seres humanos. Platão comparou a cidade justa à alma justa; os filósofos medievais desenvolveram a metáfora do “corpo político”; e Hobbes descreveu o Estado como um “Homem Artificial” e “uma pessoa”. Chegamos então a Pufendorf, que descreveu o Estado como uma “*persona moralis*” ou “pessoa moral” (p. 10). De acordo com a interpretação predominante, exemplificada por Quentin Skinner, Pufendorf era pouco mais do que um “canal para a transmissão da doutrina [de Hobbes]”¹ e “pessoa moral”

¹ Quentin Skinner. *Visions of Politics*. Volume 2: Renaissance Virtues. Cambridge: Cambridge University Press, 2002, p. 407.

era apenas outra maneira de dizer “pessoa fictícia”. O argumento central de Holland no livro é que esta representação de Pufendorf está profundamente errada. Longe de ser um divulgador continental de Hobbes, Pufendorf desenvolveu uma teoria do Estado que acabou por ser ainda mais influente do que a do filósofo de Malmesbury. Os estudiosos de Hobbes encontrarão muito interesse na Introdução, bem como no Capítulo 2 e na Conclusão.

A Parte I do livro explica como e por que Pufendorf desenvolveu sua noção do Estado como uma pessoa moral. O capítulo 1 explora a concepção molinista ou jesuíta de liberdade, desenvolvida por Luis de Molina e Francisco Suárez, que Pufendorf posteriormente adotou, particularmente a distinção de intelecto e vontade, e a preservação da liberdade humana por meio da noção do divino “conhecimento [apenas] mediato”. O ponto principal é que, de acordo com a concepção molinista de liberdade, uma pessoa livre tem duas “faculdades”: uma vontade e um intelecto. A vontade é a faculdade “formalmente livre” que permite à pessoa agir ou não em qualquer conjunto de circunstâncias – na verdade, resistir a causas externas (p. 32-34). Mas a vontade requer razões para a ação, e os objetos da vontade devem primeiro ser “conhecidos” pelo intelecto (p. 35-37). O intelecto é, portanto, uma condição necessária para um ato livre. Outra consequência importante do capítulo está na afirmação da liberdade contra as noções luterana e calvinista de “escravidão” pecaminosa e empregada na casuística jesuíta do confessionário. Holland também vincula a casuística ao humanismo da Renascença, particularmente à retórica, elucidando assim seu caráter probabilista e seu efeito “libertador” no uso prático da razão na busca de seus fins autodefinidos.

O Capítulo 2 aborda o uso da concepção molinista de liberdade para desenvolver a teoria do Estado. Holland mostra como a psicologia escolástica foi adotada por alguns escritores luteranos, em especial, contra oponentes calvinistas, e a traça na última obra de Pufendorf, *Jus feciale divinum* (1695), que defende a “justificação imputativa” luterana (p. 69) e teologia da aliança contra a predestinação calvinista. O comentador defende o que nomeia de interpretação “teológica” (p. 81) de Pufendorf, a quem atribui uma noção estoico-cristã da pessoa como ser humano individual, livre e racional que se posiciona na noção da pessoa como um ser humano individual, livre e racional que está “por trás” (p. 87) de papéis meramente performativos. No entanto, este capítulo, como o anterior, requer alguma paciência dos leitores que estão principalmente interessados no pensamento político de Pufendorf. Holland não chega à teoria do Estado de Pufendorf antes da quarta seção, mas o principal vale a pena esperar. O que torna o Estado de Pufendorf uma “pessoa moral” é que ele não tem apenas uma vontade – a vontade do soberano – mas também um intelecto, que, ele argumenta, deve estar localizado em um “conselho” separado do soberano. Como Holland aponta, esta separação de vontade e intelecto oferece ao Estado de Pufendorf um caráter constitucionalista, em total contraste com o absolutismo de Hobbes: o soberano “não pode decidir agir se o conselho considerar que não há razão para agir” (p. 92). Pufendorf desenvolveu esta teoria de “soberania facultativa”,

como Holland a chama, para explicar como uma política composta – em particular, o Império Alemão – poderia agir como uma pessoa. Enquanto a vontade do Império residia no Imperador, o conselho de cada comunidade dentro do Império constituía um intelecto separado. A teoria da soberania facultativa de Pufendorf, portanto, garantiu “que a vontade soberana no Império Alemão pudesse ser identificada, permitindo que as comunidades protestantes, in extremis, resistissem ao seu soberano [católico]” (p. 102).

A Parte II se volta para três tradições de pensamento que adotaram a noção de Pufendorf do Estado como uma pessoa moral composta. O Capítulo 3 discute as “apropriações continentais” de Pufendorf, que usou sua teoria do estado para desenvolver teorias de direito internacional e visões de ordem internacional. Christian Wolff, Emer de Vattel e Immanuel Kant, cada um, de maneiras diferentes, usaram a noção do Estado como uma pessoa moral para desenvolver uma teoria do direito internacional de acordo com o modelo do direito natural. Uma omissão notável deste capítulo é Rousseau. Holland começa a seção sobre Kant com a afirmação de que ele “foi o próximo grande escritor [depois de Vattel] a descrever o estado como uma pessoa moral” (p. 130). Porém, mais de três décadas antes da *Paz Perpétua* de Kant (1795), Rousseau descreveu o estado como uma pessoa moral, no *Do Contrato Social* (1762). Além disso, em seus *Escritos sobre o abade de Saint-Pierre* (1761), Rousseau apresentou sua própria visão de um sistema político europeu composto, ou “Confederação”.² Isso é menos uma crítica ao comentador do que um gesto em direção a outro escritor importante cujo trabalho apoia sua afirmação central no capítulo: Pufendorf estabeleceu os termos para o pensamento continental subsequente sobre o direito e a ordem internacional.

O Capítulo 4 discute as “apropriações atlânticas” de Pufendorf, que usou a teoria do Estado de Pufendorf para conceituar a estrutura do Império Britânico e da nova federação americana. Holland apresenta um caso convincente de que a ideia de Pufendorf da pessoa moral composta influenciou direta e indiretamente o pensamento americano na época da Revolução Americana. Sua afirmação mais impressionante é que, “por meio de certos comentaristas da filosofia política de Pufendorf associada ao Iluminismo escocês, o argumento de Pufendorf de que o Estado é uma pessoa moral composta, cuja soberania tem uma base facultativa, exerceu uma influência considerável sobre os autores dos Artigos Federalistas” (p. 144). Em suma, o capítulo contém um relato fascinante e substancialmente inovador do papel que a noção de Pufendorf do Estado composto desempenhou na América pré-revolucionária.

O Capítulo 5 discute as “interpretações anglo-germânicas” de Pufendorf, que identificam a pessoa moral do Estado com uma mera pessoa jurídica ou uma pessoa fictícia hobbesiana. Este capítulo explica por que Pufendorf é mal interpretado e, em parte, a razão de sua saída do cânone desde o século XIX. Holland argumenta que a fonte dessas interpretações errôneas

² Jean-Jacques Rousseau, *Écrits sur l'abbé de Saint-Pierre*. Œuvres complètes, tome III. Paris : Gallimard, 1969.

é Otto von Gierke, que foi o primeiro a identificar o Estado de Pufendorf com o Estado de Hobbes. O objetivo de Gierke era ressuscitar uma maneira autenticamente alemã de pensar sobre a personalidade do grupo e eliminar o conceito de influências romanas. Segundo a visão romana, da qual Hobbes é o melhor exemplo, uma pessoa coletiva existe “apenas por meio de uma ficção da lei, só podendo querer e agir quando representada por alguma pessoa natural” (p. 191). De acordo com a visão germânica, que Gierke favorece, a *Genossenschaft* é “uma pessoa real e orgânica” (p. 193). Gierke afirma que Pufendorf foi tentado pelo germanismo, mas, sob a influência de Hobbes, sucumbiu ao romanismo. Uma vez que o Estado de Pufendorf dependia de contratos entre seus súditos e da vontade de seu soberano, não de qualquer unidade orgânica, era, em última análise, tão individualista e insubstancial quanto o Estado de Hobbes. A pessoa moral do Estado de Pufendorf era, de acordo com Gierke, apenas uma réplica pseudogermânica da pessoa fictícia do Estado de Hobbes.

Holland refuta decisivamente a interpretação de Gierke de Pufendorf. Por um lado, as pessoas morais de Pufendorf não eram meramente fictícias ou legais; ele criticou duramente a afirmação de Hobbes de que coisas inanimadas, como pontes e hospitais, poderiam ser transformadas em pessoas pela ficção jurídica. Por outro lado, Pufendorf não era o “absolutista esclarecido” que Gierke o fazia parecer (p. 205). Embora a única vontade do Estado fosse de fato a do soberano, o Estado também tinha um intelecto que limitava a vontade do soberano. A pessoa moral do Estado de Pufendorf não era a *Genossenschaft* de Gierke, mas era uma pessoa real. Certamente não era a pessoa fictícia de Hobbes, que não era mais real do que “um ídolo, ou apenas uma invenção do cérebro”.³

A conclusão revisita o conceito de personalidade e o contraste entre Pufendorf e Hobbes. Um dos pontos principais é que o conceito moderno de Estado se deve mais a Pufendorf do que a Hobbes: “Se a abstração de território, população e governo é o que dá origem ao conceito de Estado moderno que herdamos, então é a Pufendorf que devemos o conceito” (p. 219). O Estado de Hobbes é mais ou menos um epifenômeno: “o bem comum não é Pessoa, nem tem capacidade de fazer qualquer coisa, mas pelo Representante, (isto é, o Soberano;).”⁴ Mas o Estado de Pufendorf, como Holland argumenta, “não poderia ser absorvido pela pessoa de seu soberano” (p. 218). A personalidade do Estado deve-se à sua organização interna, que lhe confere um intelecto e uma vontade; não parasitava a personalidade de nenhum homem ou assembleia.

O argumento de Holland de que Pufendorf é “a teoria mais significativa do Estado moderno” (p. 221) é tão persuasivo quanto ousado. Suas afirmações sobre a influência do jusnaturalista alemão são bem fundamentadas e ele tem o cuidado de não exagerar em seu caso ou “transformar a história em uma panqueca pufendorfiana” (p. 181) Mas depois de ler

3 Thomas Hobbes, *Leviathan*, ed. Noel Malcolm. Oxford: Clarendon Press, 2012, p. 248.

4 Hobbes, *Leviathan*, p. 416.

The Moral Person of the State, é difícil não ver os traços da influência de Pufendorf na teoria política e relações internacionais. Embora descrever os Estados como “pessoas morais” tenha saído de moda, descrevê-los como “agentes morais” é um lugar comum. A ideia de agência moral corporativa parece completamente pufendorfiana, dependendo de uma analogia entre as faculdades dos Estados e as faculdades dos seres humanos. Por exemplo, como Toni Erskine argumenta, “o Estado tem uma capacidade de raciocínio e tomada de decisão semelhante à do indivíduo humano”.⁵ Como um agente moral individual, ele tem “a capacidade tanto para deliberação moral quanto para ação moral.”⁶ Isso é uma reminiscência impressionante da afirmação de Pufendorf de que uma pessoa moral deve ter um intelecto e uma vontade, embora o saxão não pareça ter tido qualquer influência direta nas ideias contemporâneas de agência moral corporativa. No entanto, é difícil acreditar que as semelhanças sejam inteiramente coincidentes. Além de oferecer uma grande contribuição à história do pensamento político, o livro de Holland nos ajuda a entender melhor o conceito de Estado que herdamos.

LUIZ FELIPE NETTO DE ANDRADE E SILVA SAHD é professor do departamento de filosofia da UFC.

5 Toni Erskine, Assigning Responsibilities to Institutional Moral Agents: The Case of States and 'Quasi-States', *Ethics & International Affairs* 15, no. 2 (2001), p. 75.

6 Erskine, Assigning Responsibilities, p. 69.

WALTER PAIXÃO

O ideal socialista não está morto

Um regime participativo, federal, democrático, ecológico, mestiço e feminista

VIVEMENT, LE SOCIALISME!

Thomas Piketty
SEUIL, 2020, 322 p.

V*ivement, le socialisme!* foi editado pela *Seuil*, Paris, em outubro de 2020. O livro contém as 55 crônicas que Thomas Piketty publicou mensalmente no jornal *Le Monde*, de setembro de 2016 a julho de 2020. Nestas páginas, ele analisa e avalia conjunturas político-econômicas e institucionais da Europa, dos Estados Unidos e de vários outros países, sob o prisma do grande tema da sua militância intelectual, a luta contra a desigualdade econômica. E faz inúmeras propostas de mudanças em políticas econômicas e governamentais.

Dado que é o próprio Piketty quem relativiza o emprego da palavra ‘socialismo’ para nomear o sistema político-econômico que, segundo ele (na esteira da tradição marxista), deverá suceder a forma de capitalismo concentrador de renda atualmente em vigor, diríamos que o título dispensa o ponto de exclamação. Até porque, se a intenção do autor é comunicar logo de saída o entusiasmo com que assume a tese da superação do capitalismo pelo socialismo, basta o ‘vivement’ do título, que traduzi por ‘enfaticamente’.

A rigor, a ênfase de Thomas Piketty na afirmação da atualidade do socialismo decorre, antes, de cerca de duas décadas das pesquisas econômicas que fez e tiveram como resultado a mais completa atualização do retrato do sistema capitalista, desde Karl Marx, tendo como foco os problemas da desigualdade na distribuição das rendas e dos patrimônios. Além disso, a afirmação de Piketty responde negativamente à reiterada pergunta que não somente a direita, mas também setores progressistas educados têm feito já há décadas: o ideal socialista está morto?

Digamos logo que a resposta socialista de Piketty difere da bolchevique-leninista. Primeiro, porque, mesmo que nesta obra seja somente *en passant*, ele refuta a tese da extinção da instituição-mercado, como ato preliminar de solução para os problemas da desigualdade — em seu socialismo, ao contrário, o mercado permanece como parte da solução dos problemas atuais; depois, porque recusa a ditadura de um partido supostamente representante de uma

classe social — seu socialismo propõe-se “participativo e descentralizado, federal e democrático, ecológico, mestiço e feminista”.

Contudo, embora necessária para compreendermos o sentido geral das propostas políticas e econômicas que faz, a enfática proclamação da opção pró-socialismo de Piketty, já no título deste livro, não é o fato a ser destacado — temos ouvido muitas e piedosas declarações de amor ao socialismo e de ódio contra o capitalismo, ao longo dos tempos, vindas não somente da esquerda como também dos chamados liberais progressistas! Para Piketty, “não basta ser ‘contra’, é preciso também e sobretudo ser ‘a favor’ de outra coisa, o que exige que se descreva com precisão o sistema econômico ideal que se pretenda colocar no lugar do que existe, a sociedade justa que se tem em mente, qualquer que seja o nome que se decida finalmente lhe dar”.

Mas Piketty demonstra concretamente que também não basta ser “a favor” de teses e propostas precisas e justas, alternativas ao capitalismo. É necessário ainda “sair da torre de marfim [representada pelos livros de mil páginas que escreveu e que o tornaram um economista célebre em todo o mundo], para se engajar na vida e no calor da atualidade”. Ou seja, para se engajar, (como intelectual orgânico, não de um partido político, mas dos grupos de pessoas e sociedades comprometidos com as causas da razão e das ciências), nas lutas pela construção de um socialismo democrático, universal e federalista em todo o globo.

Piketty qualifica de “tentativas imperfeitas” as crônicas que publicou no *Le Monde*, entre 2016 e 2020. Em que sentido? — no sentido de que ele não acredita na eficácia de modelos gestados em cérebros de indivíduos excepcionais; acredita no debate econômico e político transparente, e na produção coletiva das ideias e das decisões. Portanto, as suas crônicas não contêm modelos abstratos; apresentam e reiteram posições e propostas a serem debatidas, aprimoradas e, eventualmente, transformadas em leis e implementadas.

De posse de dados consistentes sobre a história presente e passada da distribuição geral das rendas e riquezas do mundo, Thomas Piketty analisou detalhadamente, entre 2016 e 2020, a forma como os governos de vários países da Europa e de outros continentes constituíam e distribuíam os recursos públicos. E, com base nestas análises e em dados anteriormente levantados, demonstrando que as riquezas e o poder político estão concentrados em mãos dos mais ricos, constituindo-se por isso no principal fator das desigualdades e das injustiças sociais, Piketty formulou propostas precisas para “fazer circular o poder e a propriedade”. Vale destacar nesse seu trabalho a disciplina militante e a consistência das intervenções do autor, ao longo dos últimos anos, embora, por outro lado, seja curioso notar a ausência de contestações racionais ao núcleo das teses de Piketty por parte dos defensores ferrenhos das virtudes do livre mercado. Exceção ao vergonhoso silêncio foi o questionamento do FMI a mecanismos de desigualdade descritos em *O Capital no século XXI*, que Piketty primeiro saúda, em nome do necessário debate, e depois responde na crônica intitulada *O FMI, as desigualdades e a pesquisa econômica*, de

20 de setembro de 2016. Os mecanismos que o FMI questiona – e que afirmam a existência de relação entre o rendimento do capital r , a taxa de crescimento econômico g e as desigualdades – formam a pedra angular de todas as propostas de transferências de altas rendas provenientes dos capitais e do trabalho para o capital público; e deste para o financiamento do Estado Social. Daí a importância da resposta.

De fato, “*Vivement, le socialisme!*” constitui registro de objetivos combatidos pela criação de um Imposto sobre Grandes Fortunas, as heranças, os lucros das grandes empresas, as altas rendas do trabalho e as emissões de carbono por empresas e indivíduos; combates estes travados com base em criteriosas análises de propostas de partidos políticos e governos sobre o assunto. Mas não apenas. Convencido de que a distribuição das riquezas é inseparável da distribuição do poder, Piketty observa que a retomada do Estado Social não basta: “é o conjunto das relações de poder e dominação que é necessário repensar”. E por isso propõe também mudanças nas formas de participação e decisão dos países no Parlamento Europeu, assim como dos trabalhadores nas estruturas de poder das empresas.

Enfim, *Vivement, le socialisme!* constitui casamento exemplar entre teoria e prática, na luta democrática contra as desigualdades.

WALTER PAIXÃO é ex-analista tributário da Receita Federal do Brasil

SILVIO GABRIEL SERRANO NUNES

O Leviatã público e os Leviatãs privados

Estado e grandes empresas

LEVIATÃS PRIVADOS

Grandes empresas, Economia e Direito Econômico

Bruno Ferraz Basso

D'PLÁCIDO, 2020, 230 p.

Naturane non facit saltum? Com essa indagação, o autor de *Leviatãs privados: grandes empresas, economia e direito econômico* inicia um dos seus capítulos questionando se a Lei da Continuidade de Leibniz, segundo a qual não há solução de continuidade na natureza de fenômenos que se diferenciam apenas numericamente por sua dimensão, seria aplicável ao fenômeno econômico da empresa. Alfred Marshall já adotara essa lei como subtítulo do seu clássico *Principles of Economics* e, anos depois, Ronald Coase fez uso da teoria marginalista decorrente dessa obra para definir a natureza da firma. Seriam, então, grandes empresas iguais a quaisquer outras?

Uma empresa, segundo Coase, é uma forma de organização dos fatores de produção centralizada sob um controle consciente, distinguindo-se, assim, da organização produtiva difusa que é o mercado. A razão para a existência de empresas e não de mercado em partes da economia seria apenas uma: a maior produtividade que essa centralização de poder apresentaria nessas zonas específicas da economia.

O livro *Leviatãs privados* questiona se em todas as empresas esse controle consciente restringiria seu poder apenas aos fatores de produção da firma ou se poderia chegar a estendê-lo sobre todos os fatores de produção da sociedade. Novamente, a produtividade vai exercer um papel fundamental para identificar firmas com uma natureza diferente e, dessa forma, o livro inquire se há empresas que afetam não só a produtividade dos seus fatores, mas sim a produtividade da sociedade como um todo.

O autor usa uma medida comum de produtividade para a economia, o PIB *per capita*, e busca investigar, na linha do que teorizou Keynes, se decisões de investimento de grandes empresas

influenciam de modo estatisticamente significativo o nível de produção *per capita* do país.

Em sua pesquisa, ele levantou dados dos balanços de dezoito grandes companhias brasileiras entre 2005 e 2017, compreendendo o período da última inflexão no ciclo macroeconômico do Brasil. Realizando regressões lineares, exames de teste *t* e elaborando uma cronologia nas inflexões das curvas de tendência dos investimentos das empresas, da formação bruta de capital fixo e do PIB *per capita* do país, o autor comprova empiricamente que há uma relação de causalidade entre, de um lado, a decisão de investimento das grandes empresas e, de outro, a realização de investimento pelos demais agentes econômicos e, por fim, o nível da renda *per capita* do país.

O caminho para a propagação dessa reação em cadeia é a rede de contratos e obrigações que a grande empresa possui com fornecedores, trabalhadores e entes públicos, fazendo com que seus pagamentos de prestações, salários e tributos se alastrem em subseqüentes redes de pagamentos e assim sucessivamente, tendendo a alcançar toda a sociedade.

Essa é a conclusão hegeliana da obra, segundo a qual a quantidade atribuída ao tamanho da empresa confere uma nova qualidade a sua natureza. Nas palavras do autor, “existem, portanto, despercebidas pela teoria da firma, empresas que não apresentam um comportamento passivo perante o mercado e que, como Leviatãs privados, lideram a economia”. A grande empresa seria, por isso, um ponto em que a microeconomia e a macroeconomia se tocam.

A referência a Hobbes é clara e no livro o autor transcreve a passagem, que é sempre bom recordar, em que este define o Leviatã como “one person, of whose acts a great multitude, by mutual covenants one with another, have made themselves every one the author, to the end he may use the strength and means of them all as he shall think expedient for their peace and common defence”.

Em termos jurídicos, o poder de controle, conforme estudado por Comparato, apresentaria uma manifestação *externa corporis* nas grandes empresas. Essa manifestação é o próprio poder econômico dessas empresas, definido como a possibilidade de tomar uma decisão apta a afetar de modo significativo a estabilidade e os rumos da economia. Em termos econômicos, a capacidade de investimento é o atributo central para deter esse poder.

A partir dessa incursão teórica, começa-se a vislumbrar o dilema com o qual o livro lida. A existência de Leviatãs privados, com poder sobre a economia, desafiaria a própria essência do poder soberano, que, por natureza, é uno e atribuído a um ente público.

Por diversas vezes, vê-se na história que se uma grande empresa está em crise ou toma decisões contrárias ao que a sociedade deseja seguir, esta sente sua soberania desafiada e, por necessidade ou vontade, reage usando do seu poder político e dos recursos financeiros deste para reafirmar sua soberania de forma manifesta na estabilidade e nos rumos escolhidos para a economia. A tese do autor é que a própria situação fática da economia moderna força o Direito a obter uma resposta a uma realidade em que a grande empresa e a economia, a parte e o todo, se

tornam muito próximos.

A primeira parte do livro, que consiste em uma série de estudo de casos, detalha histórias de empresas e economias em que esse fenômeno se mostrou presente.

A participação do governo americano na recuperação judicial da General Motors está viva na memória de qualquer leitor. Mas se revela no livro o quão particular foi esse processo judicial, com o uso de caminhos processuais para se escolher o juiz natural, de institutos falimentares para se vender todos os ativos de forma célere, antecipada e sem análise dos credores e de diversas outras aplicações impróprias da lei para tornar essa crise da empresa o menos doloroso possível para a sociedade. Nesse contexto, foi essencial o Estado americano agir como subscritor de última instância e controlador *ad hoc* da companhia.

Contrasta esse caso, com o das empresas envolvidas na Operação Lava-Jato. O autor mostra os impactos econômicos que as restrições impostas a essas empresas sabidamente teriam. Citam-se diversas estimativas da época que projetavam esse impacto no PIB por vários anos. O dilema que isso gerava se concentrou entre a busca da Advocacia Geral da União em usar impropriamente o acordo de leniência para evitar esse dano econômico, com o efeito colateral de preservar não só a empresas, mas também os empresários perpetradores de ilícitos, e a reação do Ministério Público para que se aplicasse estritamente a lei para obter as finalidades de retribuição e prevenção da pena, com o efeito colateral de se comprometer a renda e o emprego do país. Mais adiante a obra mostra que institutos jurídicos comumente usados para instituições financeiras que entram em crise ou cometem ilícitos poderiam muito bem ter separado a empresa dos seus controladores e mantido aquela em atividade enquanto se julgavam estes.

Outros casos são trazidos, como o embate entre o Japão e a Sumitomo para que essa cumprisse o cartel legalmente criado pelo Ministério do Comércio Internacional e da Indústria durante a industrialização japonesa e o embate entre o governo brasileiro e a Vale para que ela mantivesse seus níveis de emprego durante a crise de 2008 e se voltasse para a instalação de siderúrgicas em paralelo à exportação de minério de ferro bruto.

Ao longo do livro, mais narrativas interessantes, como a da Companhia Britânica das Índias Orientais, a da Sadia e da Standard Oil, podem ser encontradas.

Em todos os casos narrados, as soluções de improviso, sem uma legislação específica e fazendo uso impróprio de instrumentos jurídicos que não foram desenhados para lidar com os problemas que emergem da grande empresa, mostram a ausência no Direito de uma dogmática para tratar desse fato jurídico.

Por isso, o autor disserta sobre o instituto jurídico do controle do controle, já estudado por Comparato, e propõe dois instrumentos para concretizá-lo. Para o regime jurídico da grande empresa em crise, caberia o instituto da intervenção e liquidação extrajudiciais (*receivership authority*), conhecido no Direito Bancário e em setores regulados. Para o regime jurídico da

grande empresa com influência sobre os rumos da economia, caberia o instituto das diretrizes administrativas (*gyosei shido*), utilizado como uma solução negocial entre Estado e empresa durante o período de crescimento da economia japonesa. O estudo dogmático desses institutos encontra-se na última parte do livro.

No último capítulo, o livro narra uma passagem interessante da história do petróleo. Na época da corrida pelo ouro negro nos EUA, Rockefeller via no livre mercado das *Oil Regions* um campo minado para os agentes econômicos. A multidão de agentes atuando em regime de mercado gerava ondas de abundância e escassez, de preços lucrativos e prejuízos duradouros, de criação de cidades e desaparecimento de populações inteiras. Com a Standard Oil, ele buscou conferir estabilidade e direção ao setor petrolífero garantindo não apenas lucratividade para a empresa como também viabilidade para o setor. Como o livro mostra, o Direito está diante de uma oportunidade não muito distinta e há de utilizar instrumentos jurídicos para disciplinar a relação entre o Leviatã público e os Leviatãs privados para, com grande proveito à sociedade, conferir estabilidade e direção a toda a economia.

Em sua conclusão, o autor incita os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário para que revejam suas práticas administrativas, suas leis e suas jurisprudências de forma que estejam preparados quando emergirem novamente os desafios impostos pela grande empresa à sociedade.

SILVIO GABRIEL SERRANO NUNES é doutor em Filosofia pela USP, professor da Escola Superior do TCM-SP e professor do Mestrado em Direito da UNISA